



O professor catedrático afirma que o Parlamento deveria debater o Manifesto dos 74

Parem, escutem e olhem

Eduardo Paz Ferreira

Winston Churchill, um dos homens a quem a humanidade mais deve pela forma heroica como soube motivar as populações ao apelar ao sangue, suor e lágrimas contra a barbárie nazi, celebrou-se, como todos se recordam, pela afirmação de que a democracia representativa era o pior dos sistemas políticos com exceção de todos os outros que tinham sido tentados. Décadas depois, Amartya Sen, sublinhou como a atual geração de líderes europeus apenas apela ao sangue, suor e lágrimas para combater o défice.

Entre estas duas gerações, recordando o escrito por J.M. Coetzee, a propósito da morte de Mandela, a grandeza desapareceu e entrámos num período que ficará assinalado pela mediocridade da ação política e pela sujeição dos poderes públicos aos financeiros, como lucidamente tem sublinhado o Papa Francisco.

Impressiona, especialmente, a degradação da qualidade da democracia representativa e o crescente afastamento das populações da política tal como ela é praticada, fenómeno sublinhado em inúmeros estudos de opi-

nião. Apenas os líderes partidários parecem não tomar conhecimento de tal, encerrados num discurso virado para o interior e preocupados com a própria sobrevivência.

Naturalmente que as novas tecnologias, facilitaram o aparecimento daquilo que Pi-erre Rosanvallon designa de 'parlamento dos invisíveis' e aceleraram este processo que tem, no entanto, raízes bem mais fundadas. Mas cabe agora à Assembleia da República restaurar a convicção de todos nós que, antes e depois de 25 de abril, lutámos pela instauração da democracia representativa.

E que a não serem encaradas com determinação, colocarão em causa a convicção de Winston Churchill e de todos nós que, antes e depois do 25 de Abril, lutámos pela instauração da democracia representativa.

Na Constituição de 1976 cuidou-se, aliás, de estabelecer alguns mecanismos tendentes a impedir que se abra um fosso entre os cidadãos eleitores e os eleitos. São esses os mecanismos que é preciso desenvolver e aprofundar, tanto mais quando nunca surgiu uma reforma eleitoral que auxiliasse este percurso.

A possibilidade de apresentação de petições públicas à Assembleia é uma das mais

importantes formas de estreitar o diálogo e muitos têm sido os cidadãos que têm tentado seguir essa via, apesar daquilo que é o manifesto desinteresse do Parlamento.

A Assembleia da República, que elegemos para que, na senda da origem dos parlamentos, defenda os nossos direitos e assegure que o Estado nos protege, tem, agora, uma excelente oportunidade de demonstrar que não se resignou a não ser o centro de decisão financeira, nem se fechou ao diálogo com os cidadãos.

A petição sobre o manifesto 'reestruturar a dívida insustentável, e promover o crescimento, recusando a austeridade' (disponível em www.manifesto74.com) é uma oportunidade única para que a Assembleia mostre que não partilha da arrogância de quantos veem no documento apenas um fator de perturbação de uma política de secretismo e subserviência ou daqueles que, para nossa vergonha, atribuem as razões do manifesto a Manuela Ferreira Leite e a Bagão Félix terem perdido benefícios.

Daqui apelo, pois, a que os deputados, no exercício das suas mais do que legítimas divergências ideológicas, debatam o tema com toda a abertura e transparência e sem recusarem a mão que lhes foi estendida.